

Litoral e alterações climáticas

A realidade indesmentível das alterações climáticas tem uma das suas expressões maiores nos impactos costeiros. Portugal é um dos lugares mais vulneráveis da Europa. Pela sua extensa exposição litoral à vasta massa oceânica e pela fragilidade da sua linha de costa, em grande parte arenosa e em défice de alimentação de sedimentos há mais de meio século.

Nos últimos anos há, aliás, cada vez mais avisos sobre a vulnerabilidade costeira do país ao impacto das tempestades marítimas. Vulnerabilidade que, entre nós, significa também imprudência. Invertendo uma longa história de evitação destes lugares instáveis e agrestes, desde a década de 1950 que vastos sectores da população abandonaram um interior rotineiro e ingrato, procurando o ambiente e as oportunidades da frente de mar. Temos décadas de construção costeira, por vezes em lugares que roçam a insanidade e que levantam as mais graves suspeitas sobre a cadeia administrativa que as aprovou, ou consentiu por omissão.

Hoje, tornou-se por demais evidente que o país não pode ter edificações em lugares que estão condenados à destruição pelo impacto das tempestades marítimas. Foi isso que o Programa da Orla Costeira (POC) do Minho Litoral veio recentemente dizer, preto no branco, avançando com uma proposta de remoção de construções que estão onde nunca deveriam ter estado.

A agravar a situação acresce que, em contraciclo, ainda aparecem novas intenções de construção quase sempre a coberto do rendoso investimento turístico. Ou seja, ao mesmo tempo, e para além da retirada de construções que nunca deviam lá ter estado, continuam a surgir insistentes e insidiosas propostas de novas ocupações nos já raros lugares costeiros ainda livres. Parece absurdo, mas é isto que está a acontecer.

Entretanto, medidas como as deste POC deveriam estender-se a outros POC, e eventualmente estenderão, pois, no restante território litoral, há inúmeros troços costeiros onde as construções já estão em risco.

Num futuro próximo e também distante, esta situação vai inevitavelmente custar a todos nós e às gerações futuras um preço que o país não pode pagar sem tremendos custos humanos. O dinheiro que vai custar sustar o recuo costeiro ou indemnizar os proprietários de obras hoje ardilosamente legais, mas imoral e abusivamente consentidas, sairá não só do bolso do contribuinte, mas também dos bolsos das futuras gerações.

À luz da encíclica *Laudato Si'*, do papa Francisco, este caso defronta transversalmente todos os valores com que a questão ambiental oferece hoje uma oportunidade para restaurar ao mesmo tempo o mundo onde vivemos e a sociedade que somos.

1.º – Este problema é um caso claro para escuta honesta da ciência a fim de precaver riscos e promover uma saída justa para o presente e para o futuro:

A Igreja entende que deve escutar e promover o debate honesto entre os cientistas (...). A esperança convida-nos a reconhecer que há sempre uma saída, podemos sempre mudar de rumo e fazer alguma coisa para resolver os problemas (mesmo perante a actual alta velocidade das mudanças e da degradação) [LS 61].

Urge a busca de um desenvolvimento que seja sustentável, pois sabemos que as coisas podem mudar, mas, para isso, é preciso ciência, tecnologia, sinceridade e honestas e transparência nos debates e nos processos decisórios [LS 182-188].

2.º – Este problema impõe um sentido de dever e de coerência às políticas e aos políticos:

Indispensável é a continuidade, porque não se podem modificar as políticas relativas às alterações climáticas e à protecção ambiental todas as vezes que muda um governo. Os resultados requerem muito tempo e implicam custos imediatos com efeitos que não poderão ser exibidos no período de vida de um governo. Por isso, sem a pressão da população e das instituições, haverá sempre relutância em intervir e mais ainda quando houver urgências a resolver [LS 181].

3.º – Este problema obriga-nos à solidariedade intra e intergeracional:

As previsões catastróficas já não se podem olhar com desprezo e ironia. Às próximas gerações, poderíamos deixar demasiadas ruínas, desertos e lixo [LS 161].

4.º – Este problema chama-nos à importância dos valores imateriais:

Deve sempre recordar-se que a protecção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente [LS 190].

Os erros afinal historicamente recentes da forma como ocupámos a linha de costa em Portugal geram hoje situações de ameaça, mas também podem ser uma oportunidade para consagrar várias lições, entre as quais a dos valores inerentes à nossa relação ao ambiente. À actual linha de costa o impacto das alterações climáticas fará inevitavelmente suceder uma outra linha de costa numa posição mais recuada em terra. É a nós que cabe hoje preparar em conjunto e em acordo o seu novo lugar.

Luísa Schmidt, Dez. 2018